

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



**“HISTÓRIA AMBIENTAL DO
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA
DIAMANTINA/BA”**

*Roseli Senna Ganem
Maurício Boratto Viana*
Consultores Legislativos da Área XI

ESTUDO

OUTUBRO/2006



Câmara dos Deputados
Praça 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CARACTERÍSTICAS NATURAIS.....	4
ELEMENTOS FÍSICOS	4
2.2 ELEMENTOS BIÓTICOS.....	7
3. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO HUMANA	11
3.1 A CHAPADA AURÍFERA.....	11
3.2 A CHAPADA DIAMANTÍFERA.....	12
3.3 A CHAPADA TURÍSTICA.....	17
4. CRIAÇÃO E GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA.....	22
5. IMPACTOS HUMANOS E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DA CHAPADA DIAMANTINA.....	26
6. CONCLUSÃO.....	29
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

© 2006 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o autor e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu autor, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

1. INTRODUÇÃO¹

O PNCD foi criado pelo Decreto nº 91.655, de 17.09.1985, com o objetivo de proteger amostras dos ecossistemas da porção nordeste da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para visitação, pesquisa científica e conservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural-paisagístico.

A região do PNCD assume atualmente importância tão grande no Estado da Bahia que a Constituição daquele Estado assim estatui:

“Art. 216 - Constituem patrimônio estadual e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem o manejo adequado do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de seus recursos naturais, históricos e culturais:

I - o Centro Histórico de Salvador;

II - o Sítio do Descobrimento, inclusive suas áreas urbanas;

*III - as cidades históricas de Cachoeira, **Lençóis**, **Mucugê** e Rio de Contas;*

*IV - a Mata Atlântica, a **Chapada Diamantina** e o Raso da Catarina;” (destacamos)*

A criação do PNCD resultou de uma mobilização de ambientalistas e comunidades dos municípios do entorno, conscientes da importância de preservar suas belezas cênicas (IBAMA, 2006a), em consonância com a legislação ambiental então vigente. Conforme fixado pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei 9.985/00), a criação de parques e outras UCs de proteção integral ou de uso sustentável é uma importante estratégia para a proteção da biodiversidade e das paisagens naturais, bem como para a valorização econômica, social e cultural das populações tradicionais.

O PNCD possui uma área de 152.575 ha, tendo 110 km de comprimento (na direção aproximada norte-sul) e 27 km de largura máximos. Seu perímetro externo é de cerca de 370 km. Está localizado no centro do Estado da Bahia, entre as coordenadas 12°24'23”S e 13°11'57”S, 41°35'38”W e 41°05'45”W, distribuindo-se pelos Municípios de Lençóis, Andaraí,

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina “Tópicos Especiais em Desenvolvimento Sustentável I – Unidades de Conservação e História Ambiental: Estudo de Caso”, integrante dos cursos de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS da Universidade de Brasília – UnB, ministrada, no primeiro semestre de 2006, pelos Profs. José Augusto Drummond e José Luiz de Andrade Franco.

Mucugê, Palmeiras, Itaité e Ibicoara (IBAMA, 2006*b*). As sedes desses municípios, bem como os povoados de Igatu e Caeté-Açu, todavia, foram excluídos da área do parque.

O acesso a partir de Salvador é feito pela rodovia BR-242, rumo a Feira de Santana e Itaberaba, até a cidade de Lençóis, numa distância de pouco mais de 400 km. A partir de Brasília, o acesso pode ser feito passando-se pelas cidades de Barreiras ou de Bom Jesus da Lapa, num total de quase 1.200 km.

A sede do parque localiza-se na cidade de Palmeiras, situada próxima ao limite noroeste da UC, mas o centro urbano mais utilizado pelos turistas é Lençóis, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN como Monumento Histórico Nacional em 1973. Por falta de recursos financeiros, ainda não houve regularização fundiária da área do parque, que não está cercado, não tem sede construída e nem portões de entrada, o que impede a arrecadação de bilheteria e outras receitas.

O PNCD não se encontra isolado, mas interligado a outras UCs da região. Ao norte da rodovia BR-242 e a leste da cidade de Lençóis, envolvendo o parque em suas porções norte e nordeste, localiza-se a principal delas, a Área de Proteção Ambiental – APA Estadual de Marimbus-Iraquara (Decreto Estadual 2.216/93), com área de 125.400 ha, tendo sido criada para proteger dezenas de grutas calcárias (ao norte) e uma área pantanosa, os Marimbus (a nordeste), conhecida como “o Pantanal Baiano”.

O Parque Municipal de Mucugê, com 270 ha, também faz divisa com o PNCD nas cercanias daquela cidade, tendo sido instituído para proteger ecossistemas dos baixos cursos dos rios Cambucas e Mucugezinho (TEIXEIRA & LINSKER, 2005), bem como campos de sempre-viva. O Parque Municipal da Cachoeira do Buracão, no Município de Ibicoara, foi criado para proteger os entornos dessa que é uma das mais bonitas cachoeiras da região e, quiçá, do Brasil.

2. CARACTERÍSTICAS NATURAIS

ELEMENTOS FÍSICOS

A Chapada Diamantina situa-se no centro do Estado da Bahia e engloba uma área de 50.610 km², alongando-se no sentido Norte-Sul em forma de “Y” (JUNCÁ, FUNCH & ROCHA, 2005). O clima é condicionado pelo relevo, diferenciando-se bastante daquele de seu entorno, tipicamente árido. Ele é tropical semi-úmido, com média anual entre 20°C e 24°C, sendo do tipo **AW**, segundo *Köppen*.

As serras da Chapada constituem uma barreira natural para as nuvens que vêm do mar em direção ao sertão e ali se precipitam, com média anual acima de 1.000 mm. Em Lençóis, a média anual chega a 1.400 mm (CPRM, 1994). Os meses mais chuvosos vão de novembro a março, e os mais secos, de julho a outubro. Todavia, ocorrem, por vezes, extensos veranicos em plena estação chuvosa e chuvas contínuas nos meses mais frios.

Em meio às depressões e planícies do sertão baiano, constituem um verdadeiro oásis as montanhas, chapadas e planaltos da Serra do Espinhaço, que se prolonga descontinuamente para sul, adentrando Minas Gerais. Nesse trecho central do Estado, destacam-se dois sistemas montanhosos paralelos, de direção aproximada norte-sul, as serras da Borda Ocidental e as da Borda Oriental.

Na primeira delas ocorrem os pontos culminantes da Bahia, como os picos do Barbado (2.030 m), do Itobira (1.970 m) e das Almas (1.850 m), bem como cidades que foram sede da mineração do ouro, ainda no século XVIII, tais como Rio de Contas, Livramento de Nossa Senhora, Piatã, Ibityara e outras. Não por acaso esse domínio é chamado, para fins turísticos, de “Circuito do Ouro”, nele existindo também uma UC, a APA Estadual da Serra do Barbado, criada em 1993, com área de 63.652 ha.

Já na Borda Oriental destaca-se a Serra do Sincorá, com cerca de 100 km de extensão e altitudes entre pouco mais de 1.600 m (a oeste) e pouco menos de 400 m (a leste, na área dos Marimbus). Nela se localiza o PNCD, bem como as cidades de Lençóis, Andaraí e Mucugê. A meio caminho entre essas últimas situam-se as ruínas de Xique-Xique de Andaraí, atual Igatu, antiga vila de garimpeiros. Em meados do século XIX, toda essa área foi sede de expressiva exploração diamantífera, sendo hoje denominada turisticamente de “Circuito do Diamante”.

Nesses dois sistemas montanhosos, a estrutura geológica propiciou elevações escarpadas, como são os casos dos morros do Camelo, Pai Inácio e Morrão, que integram a mais conhecida paisagem da Chapada Diamantina, em seu extremo norte, os dois primeiros fora e o último dentro de seus limites. Também se formaram *canyons* profundos, de onde se precipitam dezenas de quedas d’água, de até 340 m de altura, como é o caso da igualmente famosa Cachoeira da Fumaça, localizada próximo à vila de Caeté-Açu (ou “Capão”), no Município de Palmeiras.

Contornando a Serra do Sincorá, ocorrem áreas mais aplainadas, de menores altitudes, chamadas pediplanos, como resultado da longa e contínua erosão fluvial das vertentes menos inclinadas, que se encontram carstificados (ou seja, compostos por feições típicas de áreas calcárias, tais como vales cegos, dolinas, sumidouros etc.) nos entornos da área do PNCD. Nesse domínio ocorrem dezenas de grutas e cavernas, tais como Lapa Doce, Torrinha, Pratinha (a noroeste, no interior da APA de Marimbus-Iraquara), Poço Encantado, Poço Azul, Lapa do Bode (a leste, próximo à estrada Andaraí/Itaité) etc.

No interior do PNCD predominam as rochas sedimentares dos Grupos Chapada Diamantina, Una e Paraguaçu (conglomerados, arenitos, siltitos e argilitos, em ordem decrescente de tamanho dos grãos), com sedimentos depositados em ambientes desérticos, fluviais, deltaicos e marinhos e idade variando entre 1,8 e 0,8 bilhão de anos. Como se trata de rochas mais resistentes à erosão, em especial os arenitos, formam verdadeiros “castelos de rocha”, encontrando-se em posição mais elevada do que os calcários adjacentes, de idade mais recente. Uma boa descrição da história geológica da Chapada Diamantina pode ser lida em CPRM (*op. cit.*) e TEIXEIRA & LINSKER (*op. cit.*).

Rochas mais antigas (granito-gnaisses e rochas vulcânicas), de até 3,5 bilhões de anos, ocorrem um pouco mais distantes da área do PNCD, a sudoeste (Brumado, Rio de Contas), ao sul (Tanhaçu) e a leste (após a cidade de Itaité). Rochas um pouco mais jovens, com idades entre 0,6 e 0,9 bilhão de anos, formadas pela ação de geleiras (conglomerados, arenitos e siltitos), bem como as de origem química marinha (calcários, dolomitos), ocorrem nas proximidades das cidades de Lençóis e Andaraí (a leste delas), ao norte de Palmeiras, em Iraquara e em Itaité. Há ainda sedimentos quaternários recentes na planície aluvionar dos principais cursos d’água, tais como a do rio Paraguaçu.

As cadeias montanhosas que formam a Serra do Espinhaço, na porção central do Estado da Bahia, são os divisores de águas entre a bacia do rio São Francisco e os rios que correm para o litoral do Atlântico, como são os casos do rio de Contas e do Paraguaçu, cujos tributários constituem a rede de drenagem principal da Serra do Sincorá e, conseqüentemente, da área do PNCD. Há um amplo controle estrutural da drenagem pelas falhas e fraturas geológicas. A não ser um pequeno trecho no sul do parque, que drena para o rio de Contas, todos os demais cursos d’água nele presentes são afluentes do rio Paraguaçu, que, posteriormente, já volumoso, desemboca na Baía de Todos os Santos e abastece a Região Metropolitana de Salvador.

Esse rio nasce ao sul do parque, fora de seus limites, fluindo para o norte até receber o rio Capãozinho, que drena a borda oeste, ainda além das divisas e, logo após, os rios Mucugê e Cumbuca, que drenam a porção sul. A partir daí, ele atravessa o PNCD, próximo a Mucugê, fluindo em regime torrencial nos sentidos leste e norte, até receber, ao sul de Andaraí, seu principal afluente na região, o rio Santo Antônio, que drena a porção norte do parque e, antes de se juntar ao Paraguaçu, forma os Marimbus, ao norte daquela cidade. O rio Paraguaçu, a partir desse trecho, mais baixo e aplainado, tem larga planície aluvionar entulhada de sedimentos arenosos oriundos das atividades garimpeiras desenvolvidas, a partir de meados do século XIX, em toda a Serra do Sincorá.

Os solos no interior do PNCD são em geral câmbicos e litólicos distróficos, caracterizando-se por serem pedregosos, rasos, pobres em nutrientes, muito susceptíveis à erosão e, portanto, impróprios para a atividade agrícola. Latossolos de fertilidade um pouco melhor ocorrem em locais restritos no interior do parque, principalmente em seus

limites ocidentais. Latossolos Vermelhos Escuros ocorrem amplamente nas áreas de entorno do PNCD, nos pediplanos carstificados associados às rochas calcárias, sendo bem drenados e profundos e, em razão da topografia aplainada, bastante utilizados para a pecuária e agricultura, observando-se inúmeros pivôs centrais em grandes fazendas de café, batata e soja ao sul de Mucugê, ao longo da rodovia que leva a Barra da Estiva.

2.2 ELEMENTOS BIÓTICOS

A Chapada Diamantina constitui um verdadeiro oásis no sertão baiano. Encravada no bioma da Caatinga, é considerada uma de suas ecorregiões e apresenta um mosaico de fisionomias vegetais associado à diversidade de formas de relevo, de clima e de solos da região, abrangendo, além da própria caatinga, campos rupestres, cerrados e florestas decíduais.

De modo geral, as diversas fitofisionomias tendem a ocupar níveis específicos de altitude: os terrenos entre 900 e 1.000m são ocupados por cerrados, matas, campos gerais e carrascos. Entre os 1.100 e 1.500m, predominam os campos rupestres. Abaixo de 1.000m, no Pediplano Carstificado, ocorrem as matas semi-decíduais e na Depressão Interplanáltica, a caatinga. Entretanto, essa distribuição não é rígida e pode ser alterada em função de condições físicas locais. Em Rio de Contas, por exemplo, ocorre caatinga a 1.000 de altitude (TEIXEIRA & LINSKER, 2005).

Os campos rupestres ocorrem sobre os solos litólicos da Serra do Sincorá e formam a paisagem dominante do PNCD. Sua alta biodiversidade foi um dos principais motivos da criação do PNCD. Essa vegetação ocorre acima de 900m, sobre afloramentos rochosos, areia ou no solo acumulado nas fendas das rochas. Está adaptada às condições de baixa disponibilidade hídrica do solo, elevada insolação e grandes variações diárias de temperatura (HARLEY & SIMMONS, 1986).

A distribuição dessa fitofisionomia assemelha-se a um arquipélago, sendo circundada por caatinga, cerrado ou estágios transicionais da vegetação (JUNCÁ, FUNCH & ROCHA, 2005). Numa única trilha no alto da serra, o visitante pode observar todo o gradiente de comunidades que compõem os campos rupestres. Líquens e musgos pioneiros abundam sobre as rochas. Nas fendas destas, o acúmulo de matéria orgânica permite o estabelecimento das primeiras plantas vasculares, entre elas orquídeas, bromélias, ciperáceas e velozíáceas. Essas pequenas ilhas tendem a aumentar de tamanho, levando à formação de comunidades de maior porte, mais sombreadas e com maior número de espécies. Onde os solos tornam-se mais profundos, ocorrem os campos arenosos, pedregosos ou brejosos, com uma cobertura predominantemente herbácea (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). Além dos campos propriamente ditos, ocorrem matas de grota e matas ciliares ao longo dos vales dos rios e riachos, onde o solo é mais rico em matéria orgânica (MME, 1981).

As plantas apresentam inúmeras adaptações às condições extremas de clima e solo, como folhas esclerificadas, revestidas de cera ou de pêlos densos, que evitam a evapotranspiração excessiva. Cactos e orquídeas armazenam água nos tecidos do caule e do pseudobulbo, respectivamente, e bromélias formam um reservatório hídrico entre as folhas. Nas canelas-de-ema, entre os restos foliares que revestem os caules, correm raízes que absorvem água com eficiência (TEIXEIRA & LINSKER, 2005).

Famílias características dos campos rupestres, ocorrentes na Serra do Sincorá, são: Velloziaceae, Orchidaceae, Bromeliaceae, Cyperaceae, Eriocaulaceae, Lentibulariaceae e Xyridaceae. As Leguminosae, Compositae, Graminae, Euphorbiaceae e Melastomataceae também ocorrem em abundância (HARLEY & SIMMONS, 1986). Floradas de canela-de-ema, quaresmeiras, ervas de flores amarelas e sempre-vivas criam um verdadeiro espetáculo aos olhos dos visitantes (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). Orquídeas e bromélias, além das canelas-de-ema (velózias), abundam onde há grande concentração de rochas expostas (CONCEIÇÃO *et alii*, 2005).

Os campos rupestres da Chapada Diamantina apresentam componentes da flora comuns a comunidades rupestres do norte da América do Sul, do Planalto Central e das restingas do litoral brasileiro, mas são caracterizados principalmente pela alta taxa de endemismos de plantas, considerada uma das maiores da nossa flora. Os maiores índices de endemismos ocorrem entre as Velloziaceae, Eriocaulaceae e Xyridaceae, entre as quais mais da metade das espécies são restritas a essa região (CONCEIÇÃO *et alii*, 2005).

Outra característica da flora dos campos rupestres da Chapada Diamantina é a baixa frequência das espécies: das 441 espécies identificadas por CONCEIÇÃO *et alii* (2005), 65% foram encontradas em apenas uma parcela e 82% em até duas parcelas. Por outro lado, os campos rupestres da Chapada Diamantina apresentam alta riqueza por local amostrado, pois os estudos botânicos já realizados apontaram a ocorrência de 689 espécies/km². Levantamentos realizados em dois pontos (Catolés e Pico das Almas, distantes 80 km entre si) levaram à identificação de 1.713 e 1.044 espécies vasculares, respectivamente, sendo que as duas áreas compartilham apenas 29% das espécies (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). Esses dados demonstram que a alta diversidade dos campos rupestres da Chapada Diamantina está relacionada tanto à heterogeneidade espacial da vegetação, que faz com que cada serra apresente uma flora peculiar, como à alta riqueza florística de cada área.

O cerrado ocorre entre 900 e 1.200 m de altitude, entremeado com áreas de campo rupestre. Cerrado rupestre ocorre em áreas de solo pedregoso, inclinado e raso, que, embora possua flora específica, compartilha alguns gêneros e diversas espécies dos campos rupestres. Ao Sul, próximo ao PNCD, nos terrenos aplainados ou ligeiramente ondulados, entre Mucugê e Barra da Estiva, o cerrado recebe a denominação local de “campos gerais”, região hoje bastante modificada pela atividade agrícola, principalmente irrigada. Os gerais são compostos por

espécies herbáceas e arbustos e são considerados uma fisionomia natural, embora se acredite que a ausência de árvores tenha sido agravada pelas constantes queimadas. A denominação é também empregada pelas comunidades locais para indicar as pastagens naturais de cerrado. Já em Rio de Contas, os cerrados apresentam vegetação de maior porte, com espécies típicas do Brasil Central. Foram identificadas 213 espécies nas áreas de cerrado da Chapada Diamantina, das quais 76,9% ocorrem em apenas uma delas, o que indica a grande heterogeneidade florística desses ecossistemas, principalmente no estrato herbáceo (HARLEY *et al.*, 2005; TEIXEIRA & LINSKER, 2005).

Entre 1.000 e 1.100m, na parte oeste do Pediplano Central da Chapada Diamantina, ocorre o carrasco, vegetação de transição entre a caatinga, o cerrado e a floresta estacional, com plantas de até 3m de altura (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). A caatinga predomina na face ocidental da Chapada Diamantina, em área de sombra de chuva. QUEIROZ *et alii* (2005), em levantamento recente da biodiversidade da Chapada Diamantina, não registram a ocorrência de vegetação de caatinga na Serra do Sincorá, onde está situado o PNCD.

A floresta estacional semi-decidual ocorre nas áreas de latossolo dos Pediplanos Carstificados, a leste, entre 400 e 800 m de altitude. Além dos solos mais profundos, essa floresta se beneficia das chuvas intensas oriundas das massas úmidas do litoral, que atravessam a depressão sertaneja e se precipitam ao encontrar as terras altas da Chapada Diamantina. Remanescentes de florestas são encontrados no PNCD e na APA Marimbus-Iraquara (FUNCH *et alii*, 2005). Na base da Serra do Sincorá existem, ainda, grandes extensões de mata bem conservada (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). Entretanto, FUNCH *et alii* (2005) alertam que essas matas foram muito degradadas pela retirada de madeira e pela atividade agropecuária.

Em relação à fauna, as aves são o táxon que mais destaca. A diversidade da vegetação, com elementos do Cerrado, da Caatinga e da Mata Atlântica, e a ampla variação de altitude possibilitam grande variedade de nichos, explorados por aves características dos três biomas. Já foram registradas 370 espécies de aves na Chapada Diamantina, sendo nove ameaçadas de extinção. Três espécies são endêmicas, entre elas o beija-flor-de-gravata-vermelha (*Augastes lumachellus*), comum nos campos rupestres (MACHADO, 2005; TEIXEIRA & LINSKER, 2005).

Entre os mamíferos, os levantamentos já realizados apontam a presença de 58 espécies na região, não havendo registro da mastofauna existente antes do início do garimpo de diamantes, no século XVIII (OLIVEIRA & PESSÔA, 2005). Entretanto, pinturas rupestres atestam a ocorrência de tamanduá-bandeira, tatu-canastra e anta, animais praticamente extintos pela caça e uso do fogo. Atualmente, tamanduá-mirim, tatu, porco-do-mato, queixada, veado, onça-pintada, onça-parda, guariba, macaco-prego e sagüi ainda podem ser observados, sendo a Serra do Sincorá um dos ambientes mais ricos da região (TEIXEIRA & LINSKER, 2005; OLIVEIRA & PESSÔA, 2005).

A riqueza florística, em especial no cerrado e nos campos rupestres, favorece, também, a diversidade de abelhas, das quais já foram identificadas 200 espécies de 63 gêneros (AGUIAR *et alii*, 2005; TEIXEIRA & LINSKER, 2005).

JUNCÁ (2005) afirma que não encontrou alta riqueza de anfíbios em cada unidade onde realizou coleta, em 2003, na Chapada Diamantina, mas foram encontradas 44 espécies no total, muitas delas ainda não identificadas. A autora chama a atenção para o baixo índice de similaridade entre as áreas amostradas e destaca a necessidade de aprofundamento das pesquisas biogeográficas. Na Serra do Sincorá, foi observada a mais baixa riqueza de anfíbios, o que pode ser explicado, segundo a autora, pela prevalência de altitudes acima de 1000m. Paradoxalmente, segundo ROCHA *et alii* (2005), na Serra do Sincorá foram encontradas três espécies novas e um gênero endêmico de anuros.

Os Marimbus são uma região alagada pelo rio Santo Antônio, denominada “Pantanal Baiano”, situada na APA Marimbus-Iraquara, próxima aos limites do PNCD. Aí ocorre grande quantidade de plantas aquáticas (dos gêneros *Nymphae*, *Eichornia* e *Cyperus*), circundadas por exuberante floresta, as quais alimentam muitas espécies de insetos, peixes, répteis e mamíferos (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). Nos Marimbus ocorre uma comunidade formada há 40 anos por famílias provenientes da Fazenda Cajueiro, cujos habitantes vivem, sobretudo, da caça e da pesca.

Em que pese sua importância biológica, a Chapada Diamantina ainda é considerada uma região pouco conhecida pela ciência. Levantamentos florísticos vêm sendo realizados desde a década de 70, principalmente nas áreas de campo rupestre. O mais recente e abrangente estudo foi realizado em 2003, no âmbito do Projeto Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina, com recursos do PROBIO, Edital 02/2001 (“Apoio à realização de inventários nas áreas consideradas prioritárias para investigação científica”), no qual foram feitos levantamentos de flora, fauna e fungos (JUNCÁ, FUNCH & ROCHA, 2005). Esse trabalho efetuou grande esforço de coleta em diversos pontos da região, mas, ainda assim, seus autores foram unânimes em recomendar a continuidade dos levantamentos, tendo em vista a diversidade ecológica da Chapada Diamantina, o grande número de espécies novas para a região encontradas e as limitações do próprio estudo em relação ao número de pontos amostrados e ao tempo de coleta.

3. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO HUMANA

3.1 A CHAPADA AURÍFERA

Segundo TEIXEIRA & LINSKER (*op. cit.*), penetrar pelo sertão adentro da terra da Bahia foi a recomendação do rei D. João III a Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil. O regimento, que passou a vigorar em 1549, trazia, entre outras determinações, ordens categóricas para que Tomé de Sousa desvendasse, dominasse e povoasse os territórios do interior, entregues ao gentio bravo. Assim, a Bahia declarou guerra a seus índios e partiu para a conquista do sertão.

A epopéia bandeirante, inaugurada a partir de então, transformou-se no movimento que estenderia nossas fronteiras ocidentais para muito além do conhecido. Navegando rios e palmilhando caminhos que servissem de fios condutores aos sertões mais distantes da costa, inúmeros aventureiros lançaram-se ao desconhecido em busca de terras e riquezas, quer na forma de mercadoria humana – indígenas para escravizar –, quer na forma de metais e pedras preciosas – na época, o ouro, a prata e a esmeralda.

Aqueles que procuraram atingir o coração geográfico da Capitania da Bahia se defrontaram com uma paisagem surpreendente, dominada por montanhas escarpadas, desfiladeiros profundos, rios engrunados e grandes chapadões. Era a Serra do Espinhaço, penetrando na porção central da Bahia e projetando suas serras a picos em torno de 2.000 m. Mais tarde, todo o conjunto receberia o nome de Chapada Diamantina.

Embora se considerem as bandeiras de Gabriel Soares de Sousa e Belchior Dias Moreira pioneiras na abertura de caminhos para o povoamento do interior da Bahia, no final do século XVI, a Chapada Diamantina permaneceu desabitada até meados do século XVII, apesar de circundada por núcleos populacionais ligados à pecuária. A ocupação de suas bordas norte e nordeste teve como fator decisivo as lutas para a expulsão dos holandeses, travadas no sertão da Bahia sob a forma de guerrilha. Depois, vencidos os índios Maracá, e com a distribuição de sesmarias, o entorno da Chapada foi ocupado pela pecuária, com destaque para as fazendas de gado dos Morgado, Guedes, Brito e da Casa da Ponte (CAFFÉ & BRITO, 1996).

Apenas no início do século XVIII o processo de fixação do homem na Chapada ganhou impulso, com a descoberta do ouro, que tanto havia sido buscado desde o regimento de Tomé de Sousa. De gigantesco obstáculo de pedra a ser contornado, a Chapada transformou-se em importante pólo de convergência dos movimentos migratórios da época.

As primeiras descobertas foram ao norte da Chapada, na região da atual cidade de Jacobina, mas a Coroa Portuguesa preferiu ordenar a proibição dos trabalhos de mineração, para não esvaziar as lavras de Minas Gerais. Todavia, com a mineração clandestina, a

Coroa acabou retrocedendo de sua anterior decisão e, em 1720, decretou a livre exploração do ouro, mas passou a exigir o pagamento do quinto.

Quase simultaneamente foi descoberto ouro no sul da Chapada, nos aluviões do rio de Contas Pequeno (atual rio Brumado). Assim, foi assentado o primeiro povoado, no local da atual cidade de Rio de Contas. As duas frentes de exploração – Jacobina e Rio de Contas – permitiram o avanço na conquista do sertão à procura do ouro, com o conseqüente assentamento de embriões de povoamento e de vias de comunicação terrestre por boa parte da Borda Ocidental da Chapada.

A exploração aurífera na região atingiu tal vigor que, em 1726, o Conselho Ultramarino mandou erguer uma Casa de Fundição em cada uma das duas cidades. Em 1747/48, apesar do desenfreado contrabando, registraram-se recordes de produção, grande parte da qual foi usada sem parcimônia na decoração das inúmeras igrejas construídas em Salvador durante o século XVIII. Jacobina e Rio de Contas, em seu apogeu, chegaram a emparelhar-se, em pompa e refinamento de costumes, às cidades do recôncavo açucareiro. Rio de Contas tem, hoje, mais de 300 prédios tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Todavia, segundo TEIXEIRA & LINSKER (*op. cit.*), antes que se completasse um século de efervescência, a região aurífera da Chapada Diamantina entrou em decadência. O ouro de aluvião escasseou, assim como o recolhimento do quinto; veio a crise e, nos primeiros anos do século XIX, a atividade já era praticada por poucos garimpeiros. A região, então, começou a sofrer um esvaziamento populacional e Rio de Contas só conseguiu enfrentar a nova realidade graças à reconhecida habilidade de seus artesãos do metal.

Em 1818, Spix e Martius atravessaram o sul da Chapada Diamantina e atestaram que essa região era habitada apenas por alguns roceiros, criadores de gado e caçadores. Conforme informou a eles o vigário da diocese local, que se estendia de Rio de Contas a Jacobina, abrangendo, portanto, toda a parte oriental da Chapada Diamantina, essa região contava, então, com apenas 9.000 habitantes (SPIX & MARTIUS, 1981).

Ainda na primeira metade do século XIX, entretanto, a Chapada Diamantina refloresceu de suas cinzas. A descoberta de grandes depósitos de diamante no leito do rio Mucugê desencadeou nova corrida à região, agora na sua Borda Oriental, onde se situa hoje o PNCD, dando início à fase mais próspera e faustosa de sua história, razão de sua atual denominação.

3.2 A CHAPADA DIAMANTÍFERA

A corrida pelos diamantes ocorreu somente em meados do século XIX, embora haja evidências de que as minas já houvessem sido descobertas desde o segundo quartel do século XVIII, nas proximidades de Jacobina, situada em região limítrofe à Chapada

Diamantina (LEAL, 1978). De acordo com SAMPAIO (1905), é possível que, desde o século XVIII, já se soubesse da existência de diamantes nas cabeceiras do rio de Contas, onde se fazia a exploração de ouro, mas, para esse autor, a primeira descoberta de diamantes na Chapada Diamantina deu-se em 1817/18, na Serra do Gagau, situada paralelamente à Serra do Sincorá. Nessa época, Spix e Martius tiveram notícia de que diamantes haviam sido encontrados na encosta leste da Chapada (SPIX & MARTIUS, 1981).

Somente com o fim do monopólio da Coroa Portuguesa sobre exploração de diamantes, em 1832, a exploração diamantífera teve início na Bahia. Segundo PEREIRA (1910), entre 1838 e 1842, sucederam-se várias descobertas no Gentio do Ouro, em Santo Inácio, em Morro do Chapéu e na Chapada Velha (atual Município de Brotas de Macaúbas).

As jazidas da Serra do Sincorá foram encontradas em 1844, na região de Mucugê, por José Pereira do Prado, tropeiro da cidade de Piatã (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). Essa descoberta e outras, que se seguiram, fizeram acorrer à região grandes contingentes populacionais provenientes do norte e do sul da Chapada, do Recôncavo Baiano e de Minas Gerais (PEREIRA, 1910). Poucos meses após a descoberta das jazidas, a população local já chegava a 25.000 habitantes (SAMPALIO, 1905). Entre 1844 e 1848, a região recebeu cerca de 50.000 pessoas (PEREIRA, 1907).

Em 1845, foram descobertas as jazidas dos rios São José e Lençóis, fundando-se, às margens deste, o povoado do mesmo nome. Dada a riqueza dessas minas, Lençóis alçou da condição de distrito do Município de Santa Izabel do Paraguaçu (hoje Mucugê) em 1852, à categoria de cidade, em 1864. Tornou-se sede da Repartição dos Terrenos Diamantinos (que cuidava dos interesses fiscais), em 1857, e centro comercial da região então chamada de Lavras Diamantinas (PEREIRA, 1910; BARBOSA, 1946).

Os produtos da lavoura dos rios São Francisco e de Contas e Utinga, bem como das cidades de Campestre (hoje Seabra) e Palmeiras, convergiam para a região, em especial para Lençóis, onde surgiram diversas concentrações de garimpos, como Marco, Capivaras, Bicas, Rabudo, Roncador, Barro Branco e muitos outros.

Referindo-se à importância das Lavras Diamantinas no contexto da Bahia, em 1857, o então Presidente da Província, Cansansão do Sinimbu (citado por PEREIRA, 1910), afirmou que a descoberta das jazidas da Serra do Sincorá “mudou a condição de grande parte da população do interior”. A extração mineral, por ser um trabalho simples, que não exigia qualificação técnica, garantiu “emprego e ocupação lucrativa” para muitas pessoas.

A sociedade local abrangia comerciantes e “capangueiros” (grandes negociantes de diamantes), proprietários de terras e de garimpos, pequenos comerciantes e compradores de diamantes, artesãos e funcionários e a grande massa da população garimpeira (MORAES, 1973).

A população garimpeira era constituída principalmente de mão-de-obra desqualificada e marginalizada. Em geral, o indivíduo levado a garimpar o fazia pelas promessas que o garimpo representava, em termos de enriquecimento rápido e ascensão social. A própria origem da figura do garimpeiro no Brasil atesta esse fato. As primeiras populações garimpeiras surgiram na metade do século XVIII, depois da descoberta das jazidas de diamantes no Arraial do Tijuco (Diamantina), em Minas Gerais, em 1729, e eram constituídas de mestiços, negros alforriados, indivíduos sem recursos econômicos e sem escravos, não absorvidos pelo reduzido mercado de trabalho local. Exploravam o diamante clandestinamente, pois a Coroa Portuguesa, logo em 1731, mandou despejar todos os mineradores das lavras diamantinas, para demarcá-las e redistribuir os lotes das minas a indivíduos abastados (SALOMÃO, 1984). Mais tarde, em 1771, a exploração diamantífera foi totalmente proibida, passando a ser monopólio da Coroa (PRADO JR., 1987).

A história da população garimpeira na Serra do Sincorá não foge a essa regra. Os garimpeiros viviam em condições de extrema pobreza na sua região de origem: sem terras, sem recursos financeiros, excluídos do mercado de trabalho. Mesmo na Serra do Sincorá, não passaram da condição de pobreza e marginalidade social. Aqueles poucos que bamburraram não souberam conservar as riquezas obtidas.

A primeira fase de prosperidade durou apenas 25 anos. Nas décadas de 1860/70, a exploração das minas da África do Sul fez cair o preço do diamante, o que causou a decadência do comércio local (FALCÓN & DUTRA, 1978; PEREIRA, 1937). SAMPAIO (1905) e AGUIAR (1889), que visitaram a região em 1880 e 1881, respectivamente, afirmaram que, nesses anos, os garimpos de Lençóis estavam praticamente abandonados.

Analisando-se o papel da região num contexto mais amplo, verifica-se que o diamante teve expressão na economia provincial na década de 1850. Segundo FALCÓN & DUTRA (1978), entre 1850 e 1878 o diamante foi um dos cinco principais produtos de exportação da Bahia, em praticamente todos os anos. Em 1855/56, chegou a contribuir com 15,2% da exportação provincial. Ainda assim, o diamante não deslocou o eixo da hegemonia econômica do Recôncavo Baiano para o interior. O açúcar era o principal produto da Província, embora sua produção estivesse em plena decadência (FALCÓN & DUTRA, 1978).

No contexto nacional, a exploração diamantífera na Bahia não repetiu o ciclo da mineração em Minas Gerais. No século XVIII, o diamante e o ouro foram os principais produtos de exportação da Colônia, mas, no século XIX, coube ao café esse papel, que participava com aproximadamente 50% do valor das exportações, entre 1850 e 1886. No mesmo período, os diamantes contribuíram com menos de 4% da exportação nacional, em praticamente todos os anos (FALCÓN & DUTRA, 1978).

Um novo ciclo de diamantes ocorreu a partir de 1883, quando passou a ter valor o carbonado, diamante negro empregado na perfuração de rochas que, àquela época,

constituía produto exclusivo da região (PEREIRA, 1907, 1910 e 1937; ALMEIDA, 1977). A produção começou a declinar em 1900, mas a baixa produção e a alta demanda garantiram a ascensão dos preços até a Primeira Guerra Mundial. A partir de então, novos produtos industriais substituíram o carbonado, e a mineração voltou a cair na região. Em 1917, os seus habitantes já estavam em êxodo para “os sertões, para o Estado de São Paulo, para as obras de barragem do rio Paraguaçu e para o Estado do Paraná, onde foram descobertas minas de diamantes no rio Tibagi” (PEREIRA, 1937).

Ainda assim, o diamante continuou sendo o principal produto da região até as primeiras décadas do século XX. Em 1920, havia em Lençóis 1.651 garimpeiros, correspondendo a 21% da população municipal (7.789 habitantes) e 45,5% de sua massa trabalhadora (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO/DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1930).

Herberto Sales, em seus romances *Cascalho* e *Além dos Marimbus* (SALES, 1975, *a e b*), oferece um retrato socioeconômico e paisagístico da região de Andaraí por volta dos anos 1930. As terras, divididas em grandes latifúndios, estavam sendo desmatadas para a implantação de pastagens. Mas o comércio de diamantes ainda consistia a base da economia regional e o garimpo continuava atraindo boa parte da mão-de-obra.

Em Lençóis, havia uma grande concentração de garimpeiros nos garimpos Bororó e Pulgas, por exemplo, entre 1935 e 1938, cuja produção atraía grande número de jovens. Dos 3.747 garimpeiros aí registrados nesses anos, em torno de 67% tinha entre 15 e 29 anos (REGISTRO DOS GARIMPOS BORORÓ E PULGAS, 1935 a 1938).

Com o passar dos anos, a exploração manual entrou em colapso. A decadência foi inevitável, dada a falta de atividades econômicas alternativas, e as famílias passaram a emigrar. Dos 22.230 habitantes presentes no Município de Lençóis em 1900 (PEREIRA, 1910), restaram 5.640 em 1980 (IBGE, 1973).

Na década de 1980, quando o parque nacional foi criado, a garimpagem manual estava praticamente extinta. No Município de Lençóis, por exemplo, não havia mais que 50 homens em atividade, todos com mais de 40 anos de idade. Esses garimpeiros eram, então, meros “fiscadores” circulando de uma área para outra, revolvendo garimpos antigos, próximos à cidade e ao longo da margem direita do rio São José. Já não havia garimpeiros trabalhando nas serras mais interiores, difíceis de garimpar. A produção extremamente reduzida desestimulava totalmente o interesse daqueles mais abastados e os jovens já não viam no garimpo um meio de vida. A roça, a pesca, a caça e a criação de animais eram, então, as atividades que sustentavam os garimpeiros, muito mais do que a própria garimpagem (GANEM, 1988).

A lavra mecanizada nunca alcançou sucesso na região. Em 1926, foi criada a Companhia Brasileira de Exploração Diamantina, para exploração dos aluviões do Paraguaçu, em Andaraí, mas a empresa não prosperou, devido à baixa produção das jazidas

(ABREU, 1973). Na década de 1980, a área mais favorável à exploração diamantífera encontrava-se nos rios São José e Santo Antonio (SOUZA & ARCANJO, 1982).

Ainda na década de 1970, havia sido criada a PARADISA (Diamantes Paraguaçu S/A), destinada à exploração dos aluviões diamantíferos dos rios Santo Antônio e Paraguaçu (INDA, 1979). Os depósitos aí localizados eram acessíveis apenas mediante lavra mecanizada, que provocava grandes danos aos ecossistemas locais, pelo desmatamento, destruição do solo e assoreamento dos rios. Em 1986, a Secretaria das Minas e Energia da Bahia (SME) registrou a produção de 1.800 ct (GOMES, comunicação pessoal em 1987), oriunda tanto do garimpo manual como de alguns garimpos mecanizados que tinham se instalado na região de forma totalmente irregular.

Entretanto, o garimpo mecanizado foi definitivamente proibido dez anos depois, em 1996, pela União e pelo governo estadual, devido aos impactos ambientais que gerava (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). Antes disso, porém, seguiram-se muitos conflitos entre donos de draga, de um lado, e, de outro, órgãos governamentais e uma parcela da comunidade local que viam na conservação da natureza e no turismo o melhor caminho para a economia da região (TEIXEIRA & LINSKER, 2005).

A agricultura, tampouco, tornou-se atividade econômica forte na região. O café foi introduzido em 1870 (PEREIRA, 1907 e 1937; AGUIAR, 1889) e sua produção foi intensificada em 1970, principalmente no Planalto de Rio Bonito, em Afrânio Peixoto, fora da área do parque nacional, com a política do Instituto Brasileiro do Café de incrementar sua produção na Chapada Diamantina (CPE, 1981).

A baixa fertilidade dos solos dificultou o desenvolvimento agrícola na Serra do Sincorá. Ainda assim, quando o PNCD foi criado, a agropecuária era a principal atividade econômica da região, sendo o café, a mandioca e o gado os principais produtos (Censo Agropecuário do IBGE, de 1984, citado por IBGE, 1987). A expansão da pecuária intensificou o desmatamento das áreas florestadas a leste do parque.

O extrativismo vegetal, baseado, sobretudo, na coleta de *Syngonanthus mucugensis*, Eriocaulaceae, uma sempre-viva de 50 cm de altura, endêmica da região de Mucugê, foi a principal atividade econômica desse Município, durante 30 anos, após o declínio do garimpo de diamantes. A coleta intensiva colocou a espécie em risco de extinção e está proibida pelo IBAMA há cerca de dez anos (TEIXEIRA & LINSKER, 2005).

Na década de 1980 e princípio dos anos 1990, o comércio da cidade de Lençóis, outrora centro econômico regional, estava reduzido a pequenos armazéns de artigos variados, bares, padarias e farmácia, e o abastecimento de gêneros alimentícios dependia da feira semanal. O turismo ainda era atividade incipiente (GANEM, 1988). Em 1980, 47% das famílias residentes em Lençóis tinham rendimento igual ou menor que um salário mínimo ou não tinham rendimento (IBGE, 1983).

3.3 A CHAPADA TURÍSTICA

O turismo tornou-se uma atividade emergente na região a partir da década de 1980. O primeiro passo, entretanto, ocorreu em 1973, com o tombamento da cidade de Lençóis como Monumento Histórico Nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1980, Mucugê e Rio de Contas também foram tombadas (TEIXEIRA & LINSKER, 2005). Posteriormente, a criação do PNCD deu novo impulso à divulgação das belezas da região.

No início da década de 1990, a região ainda carecia de infra-estrutura capacitada para abarcar um fluxo intenso e constante de visitantes. Não havia, também, maior divulgação de suas belezas arquitetônicas e paisagísticas e de sua importância histórica, em nível nacional, e a estruturação da atividade turística fazia-se lentamente. Mas seus efeitos transformadores já eram perceptíveis, pela construção de novas casas e hotéis na cidade.

Nos anos 90, foi construído o Aeroporto de Lençóis, com capacidade para pouso e decolagem de jatos de grande porte de linhas comerciais. Atualmente, a cidade conta com vôos regulares para Salvador. Foram construídos, ainda, bons hotéis e diversas novas pousadas e restaurantes, principalmente na cidade de Lençóis, considerada o principal portal de entrada para a Chapada e para o PNCD.

Também nessa época, a região tornou-se conhecida nacional e, mesmo, internacionalmente. Muitos turistas do Sudeste do Brasil e estrangeiros aportam à Chapada Diamantina por meio de pacotes agendados em seus locais de origem. Reportagens sobre a região em revistas de turismo, jornais e televisão tornaram-se frequentes. O Guia Quatro Rodas 2006 indica a Chapada Diamantina entre seus roteiros de “Brasil Imperdível”.

Inúmeras são as atrações da região. Além do casario colonial das principais cidades (Lençóis, Mucugê, Andaraí e Palmeiras), são muitos os passeios no interior da serra, incluindo cachoeiras, piscinas naturais, paredões rochosos, paisagens, corredeiras, grutas, locais de interesse histórico etc. Alguns pontos de visitação situam-se no interior do PNCD e outros, nas suas proximidades. As principais bases de apoio para o acesso mais fácil às atrações situadas nas porções norte e sul do parque e entornos são, respectivamente, as cidades de Lençóis, dotada de boa e variada infra-estrutura hoteleira e de alimentação, e Mucugê, de dimensões mais reduzidas, mas, ainda assim, dotada de quatro boas pousadas e outras menores, além de alguns restaurantes.

A seguir, são indicados os principais locais de visitação, com base no guia de FUNCH (2002) e nas observações dos autores, em visitas efetuadas em anos anteriores:

rio Lençóis – o Serrano é a atração mais popular de Lençóis, situada a 15 minutos da cidade. Abrange as corredeiras do rio Lençóis, que corre sobre leito de conglomerado, rocha sedimentar composta por seixos imersos em uma matriz mais fina. Aí ocorrem os

caldeirões, piscinas naturais cavadas na rocha, o Salão de Areias Coloridas, quedas d'água e poços profundos, num percurso de aproximadamente 500 metros. As águas do rio Lençóis e dos demais cursos d'água provenientes da Serra do Sincorá são de cor de Coca-Cola e, muitas vezes, espumosas, características atribuídas à presença de grande teor de matéria orgânica.

rio Ribeirão – esse rio também nasce na Serra do Sincorá. Nele está situado o Ribeirão do Meio, próximo a Lençóis, local formado por longa e inclinada rampa escorregadeira e por um poço grande e profundo. Descendo 1 km está o Ribeirão de Baixo, composto por outro poço e distante 3 km de Lençóis. Ainda nesse rio, situa-se a Cachoeira do Sossego, a montante dos locais acima mencionados, cujo acesso é feito por antigas trilhas de garimpeiros e exige certo preparo físico.

rio Mucugezinho – um trecho desse rio corre paralelamente à BR-242, ao norte do PNCD, e abrange balneário muito freqüentado nos fins-de-semana, formado por diversos poços e pequenas quedas d'água. O mais bonito é o Poço do Diabo e sua bela cachoeira. Da estrada é possível ver as colunas de pedra do Aqueduto do Mucugezinho, construído no início do século XX para transporte de água para os garimpos locais. Também nesse rio o turista pode conhecer as tocas de garimpeiros, abrigos por estes construídos sob grandes blocos de rocha, fechados com pedras empilhadas.

rio Lapão – próximo a Lençóis, nele está situada a Gruta do Lapão, maior caverna quartzítica conhecida no Brasil. O rio Lapão corre por baixo do chão da caverna, vindo à superfície, no interior dela, em um único ponto. O vão de abertura possui 30 m de altura e descortina um grande “jardim suspenso”. A partir daí, é possível descer o Lapão pelo seu leito, por dentro da mata, até sua foz, no rio São José.

rio Capivara – nele está situada a Cachoeira da Fumaça, situada dentro do PNCD, a 1.300 m de altitude, com 340 m de queda livre. O nome tem origem na névoa formada pela água que cai e se espalha antes de chegar ao chão, carregada pelo vento. Do alto da cachoeira, descortina-se o paredão de onde cai o rio, o poço ao fundo e o vale, bem como os platôs de mata da Chapada Diamantina, a leste, e o agreste que se estende até Salvador. Deve ser visitado também o salto do rio Capivari, afluente do Capivara.

rio Roncador – divide os Municípios de Lençóis e Andaraí e é atravessado pela estrada que liga as duas cidades. Nele devem ser visitados a Cachoeira do Samuel e diversos poços para banho, na sua foz – no rio São José – e acima dela.

rio Garapa – também situado entre Lençóis e Andaraí, a 9 km desta, apresenta vários locais propícios para banho.

Morro do Pai Inácio – tombado pelo IPHAN, em 2000, localiza-se ao norte do PNCD, às margens da BR-242, no km 231, com altura de 250 m. Do alto, permite uma vista espetacular da Serra do Sincorá, em especial do vale em direção ao Morrão, à direita, e do

Morro do Camelo, à esquerda, dois famosos cartões postais da Chapada Diamantina. Do Pai Inácio é possível ir a pé até Lençóis, por uma trilha antiga de 14 km de extensão, que passa pelas serras do Campo Alegre e do Palmital, pelo córrego Mandassaia e pelo antigo povoado Barro Branco, situado fora dos limites do PNCD, que, em tempos áureos do garimpo de diamantes possuía mais de 80 casas e hoje não conta com mais de 10 moradores.

rio Capão – o vale do Capão ou Caeté-Açu situa-se a oeste do PNCD, fora de seus limites, e constitui área agrícola e habitada, cujos produtos – café e frutas – são vendidos na feira de Lençóis. Aí estão situados os poços Bomba e da Angélica e a Cachoeira da Purificação. No altiplano acima do vale está a trilha dos Gerais do Vieira e, na crista da serra a oeste do vale, a trilha do Candombá, que proporciona uma vista espetacular do Capão. Entre o Capão e Palmeiras, corre o rio de Conceição, onde está situada a vila de Conceição dos Gatos e uma cascata de 50 m.

Marimbus – situa-se a leste do PNCD, na confluência dos rios Santo Antônio e Utinga. Segundo o autor, a área alagada tem origem natural, mas sua extensão deve ter sido menor, antes da garimpagem de diamantes. O assoreamento a que foram submetidos esses rios, devido ao aporte de sedimentos pelos seus afluentes oriundos da Serra do Sincorá na época do garimpo, ampliou a área alagada. As águas são cobertas pela planta aquática conhecida como taboa e são o habitat de jacarés, capivaras e de inúmeras espécies de peixes. Aí se situa a vila do Remanso, cujos moradores promovem passeios de barco para turistas.

rio Paraguaçu – nos trechos situados próximo a Mucugê e Andaraí, esse rio apresenta inúmeros poços para banho. Na ponte sobre o Paraguaçu, entre Andaraí e Mucugê, avista-se uma grande cascata e o Poço da Donana. Nesse lugar, o rio sai da Serra do Sincorá para atravessar a Caatinga e desaguar na Baía de Todos os Santos, entre as cidades de Cachoeira e São Félix. Ainda perto de Andaraí, há uma lagoa às margens do rio, formada por uma mina d'água cristalina, de origem calcária. Na época seca, peixes e tartarugas são visíveis no fundo da lagoa. Na época chuvosa, as águas escuras do Paraguaçu invadem a lagoa.

cavernas e grutas calcárias – são dezenas, localizadas nos entornos da Serra do Sincorá, relativamente próximas ao PNCD. As principais são: Lapa Doce, Torrinha, Pratinha e Gruta Azul, situadas na APA de Marimbus-Iraquara, Poço Encantado e Poço Azul, localizadas na estrada para Itaité.

A Lapa Doce situa-se em Iraquara e é uma caverna ampla, com teto alto e 24 km de extensão, sendo aberto ao público um trecho de 1 km, facilmente acessível por crianças e pessoas idosas, entrando-se por uma boca e saindo-se pela outra. Apresenta vários espeleotemas, alguns de grandes dimensões, com formas diversificadas e curiosas. Próximo à sua entrada, é bastante comum a visualização de grupos de mocós em busca de alimento.

A Torrinha situa-se na mesma região, sendo extremamente rica em espeleotemas (estalactites, estalagmites, helictites, colunas, cortinas, travertinos etc.) e

apresentando enormes salões, segundo três roteiros diferentes. Nela pode ser observado um dos mais espetaculares espeleotemas conhecidos, único no mundo, constituído por um helictite (espeleotema delgado, preso ao teto, que se retorce nas mais variadas direções, ao contrário do estalactite, que desce reto para o chão) com um “flor” de aragonita (mineral de CaCO_3 , como a calcita, que constitui o calcário, mas bem mais raro) na sua extremidade. Num paredão externo, junto à entrada da gruta, podem ser observadas interessantes pinturas rupestres.

A Gruta da Pratinha localiza-se a 7 km da Lapa Doce. Nela nasce o rio da Pratinha, que forma, em seguida, uma lagoa cristalina. O fundo do lago, dentro da gruta, parece areia, mas é formado por búzios minúsculos de constituição calcária, cuja origem ainda não foi elucidada. No interior da gruta é permitida a prática de tirolesa e de flutuação com *snorkel* e pé-de-pato. Integrando o conjunto da Pratinha existe ainda a Gruta Azul, lapa inundada onde os reflexos da luz da tarde conferem especial coloração azul à água.

O Poço Encantado situa-se no planalto calcário a leste da Chapada Diamantina. O lago no interior da gruta possui 50 m de profundidade. Sua transparência confunde o visitante, pois as pedras e árvores ao fundo permanecem muito nítidas e dão a impressão de que não estão cobertas por água. Entre os meses de maio e setembro, ocorre um fenômeno espetacular: a luz do sol entra pela boca da gruta e penetra no lago, formando um feixe azul-turquesa de beleza indescritível. No interior do poço vive uma espécie de bagre cego. É proibido nadar no Poço Encantado, em face da baixíssima taxa de renovação de suas águas.

O Poço Azul situa-se a cerca de 20 km do Poço Encantado e também possui águas cristalinas, mas o banho é aí permitido, pois a água se renova mais rapidamente do que no poço anterior. A flutuação enseja a observação de milimétricas espécies de peixes, igualmente cegos, e uma formação rochosa na forma de um arco ou mandíbula de tubarão. No seu interior, foi encontrada a ossada intacta de um megatério, preguiça gigante que habitava a região há cerca de 10.000 anos. A ossada foi levada para a Universidade Federal da Bahia.

13. outras atrações de não menor interesse:

Próximo ao limite sudeste do PNCD, no Município de Ibicoara, a 30 km da área urbana, um local muito visitado é o rio Espalhado, onde ocorre a bela Cachoeira do Buracão, com mais de 100 m de altura, acessível por um *canyon* de 6 m de largura e altos paredões com camadas sedimentares horizontalizadas (BAHIATURSA, 2005, e observações de campo dos autores. Conforme citado anteriormente, para proteger esse conjunto, foi criado um parque municipal, sendo o acesso permitido somente com a presença de um guia local, que pode ser contratado na sede da associação, situada na cidade. Trata-se de passeio imperdível, algumas vezes inviabilizado quando da ocorrência de chuvas mais fortes. Outra cachoeira de interesse no município é a da Fumacinha.

Além dos caminhos já citados, existem diversas trilhas que atravessam os rios e campos da Serra do Sincorá e podem ser percorridas a pé. As principais, citadas por

FUNCH (2002), são: Lençóis-Capão (8 horas); Capão-Paty-Andaraí (3 dias); Capão-Paty-Mucugê-Igatu-Andaraí (4 dias) e Lençóis-Cachoeira da Fumaça – vista de baixo (3 dias). Cabe registrar que a trilha do Paty é considerada pelos *experts* do ramo como a terceira melhor do mundo, perdendo apenas para as de Santiago de Compostela (Espanha) e de Machu-Pichu (Peru).

Existem, ainda, os passeios a sítios históricos. Segundo o guia de FUNCH (2002) e as observações de campo dos autores, os principais locais são o Cemitério de Mucugê, em estilo bizantino, construído na encosta da Serra do Cruzeiro, e as ruínas de Xique-Xique de Igatu, situadas a 6 km da estrada Mucugê-Andaraí, que também foram excluídas propositalmente da área do PNCD.

Xique-Xique era uma vila de apoio para os garimpos situados entre Mucugê e Andaraí, no alto da serra. As construções originais, em pedra quartzítica, estão em ruínas. Sua população já alcançou quatro mil habitantes (oito mil, segundo outras fontes) e hoje conta com 300 moradores, que moram em casas recuperadas na antiga vila. É acessível por carro, pelo asfalto e por uma velha estrada de pedra, recuperada recentemente, ou a pé, por uma trilha que parte de Andaraí, sempre por belas paisagens. No caminho a pé, o visitante encontra inúmeras tocas de pedra de garimpeiros.

Na vila, são atrações, além de centenas de ruínas de casas de garimpeiros e de trilhas com bonitas paisagens, uma galeria de arte e museu do garimpo, ao ar livre e, ao lado dele, um pequeno cemitério também em estilo bizantino. Vale a pena também uma visita ao Cruzeiro e a um antigo garimpo subterrâneo, soterrado décadas atrás e que agora vem sendo limpo e preparado para fins turísticos, que permitirá um acesso mais rápido à Cachoeira dos Pombos, situada próximo à vila. A existência de algumas pousadas e restaurantes possibilita a permanência no local por vários dias.

Além desses, existem muitos outros sítios históricos remanescentes e garimpos antigos. São ruínas de casas, túmulos, obras de garimpo e mesmo de povoados inteiros no alto das serras. Os principais sítios foram mapeados por FUNCH (2003). Esses locais bem como diversas manifestações culturais ainda não estão incluídos nos roteiros turísticos, mas, por fazerem parte da memória histórica e cultural da região, deveriam ser valorizados e divulgados.

Outra atração da cidade de Mucugê, além dos prédios históricos, é o Projeto Sempre-Viva, realizado desde 1996 no Parque Municipal de Mucugê, situado a cerca de 5 km da área urbana. O objetivo do projeto é controlar a colheita e desenvolver a técnica de cultivo da sempre-viva (*Syngonanthus mucugensis*). Conta com laboratório, estação climática, alojamento de pesquisadores e centro de visitantes (FUNCH, 2002), com interessantes construções em pedra e vidro, onde o turista pode conhecer melhor as pesquisas já realizadas e as em andamento e, ainda, desfrutar de algumas pequenas cachoeiras próximas.

4. CRIAÇÃO E GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

A primeira referência que aponta a importância da criação de uma unidade de conservação na Chapada Diamantina data de 1981, no âmbito do Projeto RADAMBRASIL (MME, 1981). Salientou-se, então, a necessidade de se proteger o grande número de espécies endêmicas da região, propondo-se a criação de uma “reserva ecológica” na área, abrangendo os campos rupestres.

O Centro de Planejamento e Estudos da Secretaria de Planejamento da Bahia (CPE, 1981), num trabalho de zoneamento ambiental da Chapada, propôs a criação de pequenas unidades de conservação na Serra do Sincorá, no intuito de proteger os sítios geomorfológicos e paisagísticos de rara beleza e as nascentes do rio Paraguaçu. Os autores salientaram que muitos afluentes desse rio nascem na Chapada Diamantina, em áreas sujeitas ao desmatamento para o plantio do café e expansão da pecuária. A preservação dessas nascentes era considerada extremamente importante, uma vez que as águas do Paraguaçu abastecem a Região Metropolitana de Salvador.

A proposta do Projeto RADAMBRASIL foi indicada no Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, Etapa II, para avaliação na etapa seguinte (IBDF/FBCN, 1982), que não foi lançada. Ainda em 1982, Funch propôs a transformação de parte da Serra do Sincorá em parque nacional, e os limites por ele sugeridos coincidem, em grande medida, com a atual delimitação do PNCD.

Finalmente, o Parque Nacional foi instituído, em 1985, por meio do Decreto nº 91.655, com o objetivo de conservar a biodiversidade, as nascentes do rio Paraguaçu e os inúmeros sítios de beleza natural presentes na Serra do Sincorá.

Ainda que alguns membros das comunidades locais tenham empreendido esforços em prol do tombamento dos sítios históricos e da criação do PNCD, a instituição de uma UC de proteção integral na região gerou inúmeros conflitos com a população residente, pois foi de encontro ao uso dos recursos naturais por ela efetivado. Em 1986, os municípios que compunham o PNCD (Lençóis, Andaraí e Mucugê) somavam uma população de 34.184 habitantes, grande parte da qual praticava a caça, a pesca, o extrativismo vegetal, o cultivo do solo em pequenas roças e a criação de animais dentro da área do parque recém-criado. E o garimpo manual de diamantes ainda estava arraigado na cultura regional (GANEM, 1988).

A criação do parque era apontada como forma de sustar essa exploração, considerada predatória para os ecossistemas da Serra do Sincorá, ao mesmo tempo em que proporcionaria uma nova alternativa de desenvolvimento – o turismo (IBDF, 1983 e 1985). Mas, como ressaltam TEIXEIRA & LINSKER (2005), não foi fácil a transição de uma cultura baseada na mineração, que ainda predominava na década de 1980, para a cultura conservacionista dos dias atuais.

GANEM (1988) atestou que a cultura local dominante, à época da criação do PNCD, estava alheia às idéias do movimento ambientalista emergente no Brasil, de preservação da natureza, e que a população não estava bem informada sobre o significado de uma unidade de conservação. Considerando que o parque nacional visava romper com um ciclo de atividades tradicionais, baseadas, sobretudo, na mineração, os conflitos entre comunidade local e o parque nacional não seriam solucionados mediante simples desapropriação de terras, indenização de bens e fiscalização da área.

Como o uso direto dos recursos naturais constituía um dos meios de sobrevivência das camadas mais carentes da população, e tendo em vista que a Serra do Sincorá era, então, uma zona economicamente marginal, deveriam ser criadas condições que garantissem a esses grupos outros meios de vida (GANEM, 1988). Conforme salientou a autora, o PNCD não alcançaria seus objetivos se sua implantação não estivesse integrada a uma política de desenvolvimento regional, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população. Seria necessário, também, envolver a população local no processo de implantação dessa unidade de conservação e esclarecê-la sobre os objetivos de uma UC e sua importância ambiental.

A esse respeito, é interessante citar aqui os estudos recentemente desenvolvidos por ZELLER (2002), que efetuou o levantamento e a caracterização das populações residentes dentro do PNCD, nas regiões central (Paty) e nordeste (ao longo da “estrada do garimpo”, entre Lençóis e Andaraí) e identificou as modificações ambientais por elas produzidas. No Paty, o autor entrevistou 19 chefes de famílias, totalizando 99 pessoas, e na “estrada do garimpo”, 33 chefes de famílias, com um total de 159 moradores.

Segundo o autor, a população do vale do Paty vive basicamente da comercialização de produtos agrícolas e de serviços ligados à visitação ao parque, sendo que somente duas famílias ainda garimpam ouro. Todavia, mais da metade dos entrevistados confirmou ainda abater animais silvestres para consumo, sendo a queima da vegetação um dos modos de caça de mocós. Também é cortada madeira para a fabricação de utensílios e o uso como lenha. Mais da metade dos entrevistados afirmou que a criação do PNCD impôs restrições ao uso de recursos naturais, sendo que muitas famílias mudaram-se para o entorno.

Quanto aos moradores da “estrada do garimpo”, o autor afirma que apenas um terço das famílias reside no parque desde antes da sua criação, o que demonstra a pouca efetividade de sua administração em não permitir a construção de novas casas. Pouco mais da metade dos entrevistados afirmou que a criação do PNCD impôs restrições de uso, o que não interrompeu o garimpo manual. Quatro quintos da população pratica agricultura de subsistência, e mais de um terço, também a comercial. A grande maioria pratica a pesca, dada a proximidade dos Marimbus. Três quintos das famílias admitiram implantar pastagens e cultivos agrícolas com o uso do fogo, e quase metade confessou abater animais silvestres para consumo. Todas usam madeira local para fins diversos.

ZELLER (2002) conclui sugerindo que a regularização fundiária do PNCD seja priorizada, uma vez que, ainda hoje, atividades de agricultura, pecuária e garimpo afetam sua integridade.

Em outro estudo, FUNCH (2002) afirma que a comunidade do Paty, localizada bem no centro do PNCD, entre Andaraí e Guiné, "é tão antiga quanto as lavras de diamantes na região". Segundo esse autor, os solos profundos e férteis do vale do Paty foram utilizados para a produção de mantimentos para os garimpeiros, como arroz, milho, aipim, farinha, banana, café, laranja, manga, jaca e verduras, os quais eram levados pelos tropeiros para as feiras de Andaraí, Guiné e Mucugê.

Sendo o vale do Paty muito íngreme, as propriedades estendem-se lado a lado ao longo dos rios, e as roças sobem a encosta até onde fica impossível cultivá-las. As roças são praticadas de forma tradicional, sem o uso de insumos agrícolas, e as áreas com culturas anuais são abandonadas temporariamente para o descanso do solo (FUNCH, 2002).

Mesmo com o declínio do garimpo, o café continuou a ser produzido comercialmente no Paty, sustentando centenas de famílias por diversas décadas. O declínio dessa comunidade iniciou-se nas décadas de 1950 e 1960, devido à migração de seus membros para os centros urbanos, ao enfraquecimento dos solos e, principalmente, à erradicação do café pelo Governo Federal (FUNCH, 2002). Devido ao endividamento de muitos proprietários para o plantio de variedades novas de café, muitos perderam suas terras para o Banco do Brasil, havendo negociação para que estas sejam doadas ao IBAMA. Atualmente, segundo esse autor, existem 23 moradias e uma população fixa de menos de 100 pessoas no Paty, cuja sobrevivência baseia-se na agricultura e, em menor escala, na caça, dados esses que confirmam os coletados por ZELLER (2002).

Ainda FUNCH (2002) afirma que há outro núcleo agrícola, o Baixão, situado no extremo Sudoeste do PNCD. Existem, também, roças isoladas e moradias de garimpeiros espalhadas no interior do Parque, em especial junto aos Marimbus e na borda leste. Ao todo, a população residente no PNCD somava 300 pessoas (FUNCH, 2002), números esses também muito próximos aos obtidos por ZELLER (2002). O autor afirma, também, que um levantamento fundiário do IBAMA efetivado em 1988 revelou que apenas 72.000 ha das terras do PNCD (48% da área total) são regularizados. Os demais são terras devolutas. Possesores e roceiros não têm documentos legais, mas devem ter direito a usucapião.

FUNCH (2002) conclui que devem ser indenizados os donos de terra e posseiros do interior do PNCD, mas sugere que sejam possibilitadas opções individuais por troca de terra ou saídas gradativas. Garimpeiros, caçadores e roceiros devem ser empregados como fiscais. Por fim, reforça a necessidade de investimentos em educação ambiental.

Já para Ricardo Araújo, Coordenador do Bioma Caatinga do IBAMA, bioma em que se insere o PNCD, em entrevista concedida por telefone em 04.07.2006, o PNCD

tem sua situação fundiária ainda 100% irregular. Segundo ele, contudo, entre 70% e 80% das terras situadas no interior do PNCD são públicas, pertencentes ao Estado da Bahia, e existe a expectativa de que ainda no corrente ano ocorra o repasse delas para o Governo Federal. Quanto às terras particulares, o IBAMA fez um convênio com a Caixa Econômica Federal – CEF e já teria recebido, oriundos do Fundo de Compensação Ambiental, cerca de R\$5 milhões para pagamento de parte das desapropriações que se farão necessárias no PNCD.

Araújo afirmou, também, que devem viver no PNCD, hoje, não mais do que 300 pessoas, muitas das quais apenas possuem terras no interior do PNCD e não mais residem lá, números que também confirmam os dois levantamentos anteriores. As maiores áreas de concentração são a região sul de Lençóis, ao longo da “estrada do garimpo”, onde alguns ainda garimpam, e o vale do Paty, onde se vive da agricultura e do turismo. Calcula-se que a população tradicional esteja composta apenas por cerca de 50 pessoas.

Segundo o Coordenador do Bioma Caatinga, a política a ser desenvolvida para a desapropriação será a simples indenização dos moradores não tradicionais e, quanto aos tradicionais, pretende-se reassentá-los no entorno do PNCD e integrá-los por meio de projetos de formação de condutores ambientais, a exemplo da bem-sucedida estratégia utilizada no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, e de estímulo à confecção e venda de artesanato.

Com a situação fundiária ainda indefinida, é natural que o PNCD não tenha cercas e portarias. Sua sede funciona em prédio cedido na cidade de Palmeiras, fora da área do parque. Existe a previsão de que, após a regularização fundiária, ela venha a funcionar na porção norte do parque, próximo ao centro geográfico do Estado da Bahia, situado junto à rodovia BR-242 (ARAÚJO, 2006).

Ainda segundo o Coordenador do Bioma Caatinga, o PNCD possui, atualmente, cinco analistas ambientais e um técnico administrativo, além de terceirizados para os serviços de limpeza e cerca de 25 brigadistas, que são contratados durante seis meses ao ano para os trabalhos de controle de incêndios. A UC também dispõe de duas camionetes, e no início do corrente ano recebeu a doação de diversos aparelhos, tais como rádios, equipamentos de vídeo, computadores, aparelhos de GPS etc.

O plano de manejo ainda está em elaboração, havendo a expectativa de que os estudos, alguns dos quais foram subcontratados e outros estão a cargo de técnicos da DIREC do IBAMA e do próprio PNCD, estejam concluídos até o final do corrente ano (ARAÚJO, 2006).

5. IMPACTOS HUMANOS E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DA CHAPADA DIAMANTINA

Acredita-se que os ecossistemas observados no PNCD, em especial os campos rupestres, considerados uma das fisionomias com mais altos índices de endemismos entre espécies da flora do País, resultaram da combinação de condições físicas extremas nos topos dos morros, onde essas comunidades ficaram isoladas durante seu processo evolutivo (CONCEIÇÃO *et alii*, 2005).

Entretanto, a vegetação atual é o resultado também da história de ocupação humana da região. Não se obteve informações, neste trabalho, sobre a presença indígena na região. Como já mencionado anteriormente, antes da chegada dos garimpeiros, a Chapada Diamantina era esparsamente ocupada por roceiros e criadores de gado.

Sabe-se, porém, que a lavra de diamante, exercida a partir do século XIX, na Serra do Sincorá, além da agropecuária, da caça e do extrativismo de espécies ornamentais – sempre-vivas, orquídeas e cactáceas –, alteraram significativamente a paisagem, o que tem sido descrito por diversos autores, mencionados a seguir.

A garimpagem manual de diamantes foi responsável pela retirada da vegetação, o desnudamento e a erosão do solo em extensas regiões. Praticada em áreas altas, arenosas e, muitas vezes, secas, a garimpagem exigia o aporte de água para o esboroamento do terreno e a exposição do cascalho onde os diamantes ficam alojados. Os sinais do garimpo estão presentes até a atualidade, entre eles, casas, canais, muros, barragens e montes de cascalho (GANEM, 1988). Em certas áreas garimpadas, verifica-se que os intensos ravinamentos ainda dificultam o repovoamento pela vegetação (CPE, 1981; IBDF, 1985), o que pode ser observado, por exemplo, à esquerda da entrada da cidade de Lençóis.

TRICART (1977) visitou os garimpos de Lençóis em 1957 e atestou que a destruição da vegetação das encostas e a erosão do solo provocaram o sepultamento parcial da vegetação das margens dos rios, devido à acumulação aluvial acelerada. O assoreamento represou e diminuiu a vazão das águas, gerando uma grande instabilidade nas margens durante as inundações. Segundo BARBOSA (1946), a garimpagem manual entulhou rios e riachos, com a acumulação de areias e pedras provenientes do alto das serras.

SANTOS (2005), em estudo recente sobre a ictiofauna, observou que as cabeceiras dos rios se encontram em bom estado de conservação, mas, nas regiões baixas, nas áreas de mata, verifica-se um alto grau de degradação decorrente do garimpo de diamantes² e da pecuária. As margens dos rios foram desnudadas, o que reduz a produtividade biótica e impede o

² O autor não esclarece, mas pode estar se referindo, aqui, ao garimpo de dragas, praticado nos leitos dos rios e nas terras adjacentes, nas décadas de 80 e 90, em especial nos rios São José e Santo Antônio.

aporte de alimentos como folhas, frutos, sementes e insetos para a biota aquática, alterando a composição desta. Ressaltou, também, a presença de espécies não nativas de peixes – tucunaré e apanhari, nos Marimbus, por exemplo –, os quais ameaçam as espécies nativas pela predação, competição, introdução de doenças e hibridização. O autor reclama medidas urgentes de recuperação da vegetação marginal dos rios, visando à proteção da ictiofauna.

IBDF (1985) e FUNCH (1986) ressaltaram que a caça e a coleta intensivas estavam eliminando ou colocando em risco de extinção espécies vegetais e animais da região. Segundo GANEM (1988), moradores de Lençóis afirmavam, em 1986, que a pesca tinha provocado a redução da ictiofauna em muitos locais. Segundo o IBDF (1985), as florestas da região foram depredadas para a extração de lenha e madeira.

PEREIRA (1907, 1910 e 1937) fez referência a vários animais “de caça” ocorrentes na Serra do Sincorá, o que evidencia que essa atividade era realizada pelo menos desde o princípio do século. Nesses três trabalhos, o autor cita a presença da anta (*Tapirus terrestris*), por exemplo, que foi mencionada pelo IBDF (1985) e por FUNCH (1986) como espécie extinta na região. SALES (1975a 1975b) refere-se à caça, à pesca, à roça e à criação de animais como atividades corriqueiras da população de baixa renda, inclusive dos garimpeiros, na década de 30. OLIVEIRA & PESSÔA (2005) ressaltam, também, que, embora não se tenha informações sobre a mastofauna da região presente antes do início da lavra de diamante, acredita-se que foram bastante significativas as modificações sobre as populações animais desde o século XVIII.

OLIVEIRA & PESSÔA (2005) salientam, ainda, que as queimadas nas áreas de expansão da lavoura e da pecuária e o crescimento desordenado das cidades são responsáveis, atualmente, pela degradação dos ambientes naturais. Sobre a frequência das queimadas, IBDF (1985) e FUNCH (1986) já alertavam ser esse outro grave problema para os ecossistemas do PNCD. FUNCH (2002) aponta-o como “o inimigo número um da Chapada Diamantina” e afirma que ele é provocado pela população local para manter trilhas abertas, eliminar cobras, caçar mocós, revelar áreas potenciais de garimpo, manter regos de garimpos abertos, melhorar o pasto, controlar carrapatos, melhorar safras de sempre-vivas, vingar-se dos incômodos do PNCD, chamar a chuva e outros fins. Segundo IBDF (1985), é possível que as queimadas constantes venham exercendo efeitos generalizados sobre as populações vegetais locais, reduzindo-as em número e área de distribuição.

Quanto à expansão da agropecuária, HARLEY *et alii* (2005) enfatizaram a necessidade de conservação urgente dos cerrados de Mucugê, no entorno do PNCD, onde as medidas de correção do solo têm propiciado o desenvolvimento da agricultura de larga escala, reduzindo drasticamente a vegetação nativa e comprometendo a diversidade de fisionomias de cerrados da Chapada Diamantina. Segundo notícias veiculadas em O Correio Braziliense no início do mês de julho/2006, o cultivo de batatas nas cabeceiras do rio Paraguaçu e afluentes vem colocando em risco a qualidade das águas no interior do PNCD.

Já o crescimento urbano desordenado é problema que merece estudo específico urgente. Pode-se afirmar que as pequenas cidades situadas em torno do PNCD – Lençóis Andaraí, Mucugê e Palmeiras –, oriundas da “civilização do diamante”, estavam totalmente integradas a uma paisagem bucólica, como ressaltou LEAL (1978). A garimpagem manual de diamantes não chegou a comprometer os ecossistemas locais como um todo, tanto que o aspecto selvagem da região e sua rica biodiversidade motivaram a criação do PNCD (GANEM, 1988).

Entretanto, nos últimos anos, conforme observações pessoais dos autores, é nítida a expansão do núcleo urbano de Lençóis, paralelamente ao aquecimento da economia em função do turismo. Quintais antigos estão sendo desmembrados para construção de novas casas, intensificando a ocupação urbana. É possível que esteja ocorrendo uma redução da taxa de emigração da população jovem e que parte dessas novas moradias seja destinada aos filhos dos donos das casas principais. Além disso, novas áreas em torno do núcleo histórico estão sendo incorporadas, com a construção de mansões e hotéis. É importante que investigações nesse sentido sejam realizadas, para que o turismo, defendido como atividade econômica compatível com a conservação dos ecossistemas locais, em alternativa à mineração, não se torne, também, fonte de impactos capazes de comprometer a rica biodiversidade e a qualidade dos recursos hídricos da região.

De acordo com SANTOS (2005), o ecoturismo e o turismo de aventura são realizados, hoje, de forma desorganizada, e precisam ser regulamentados. GANEM (1988) ressaltou que o turismo regional deveria promover a inclusão dos grupos mais carentes da população. Um exemplo a ser seguido é o treinamento de antigos garimpeiros realizado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, desde 1991. O turismo deve, ainda, gerar melhoria de serviços básicos, como saúde, educação e transporte, promover a recuperação e o desenvolvimento do artesanato local, fomentar o comércio e criar empregos diretos e indiretos para as comunidades residentes.

GANEM (1988) recomendou que fossem realizados o levantamento e o mapeamento das construções erguidas na serra em épocas passadas pelos garimpeiros de diamantes, pois essas obras fazem parte do patrimônio cultural da região. Muitas delas estão incluídas na área do PNCD e poderão ser abertas à visitação pública, pois constituem um museu “vivo” da cultura local. Ex-garimpeiros ou filhos destes poderão ser instruídos para mostrar essas construções e contar a história da região.

GANEM (1988) sugeriu, também, que fossem envidados esforços visando atrair a comunidade local que ainda faz uso direto dos recursos naturais para outras atividades que não a exploração predatória dos recursos da área do PNCD. Salientou que não será benéfica para a própria UC a exclusão a qualquer custo, pois isso criaria uma forte resistência da população à implantação do parque.

LOPES & LOUZADA (2005) afirmam que a riqueza da Chapada Diamantina não pode ser conservada em uma única área, como o PNCD, pois a diversidade regional ocorre não pela elevada riqueza local, mas pela soma das diversidades de cada unidade de paisagem.

ROCHA *et alii* (2005) afirmam que apenas 8,1% da Chapada Diamantina estão protegidos em unidades de conservação. Além das UCs já citadas na Introdução deste estudo (APA Marimbus-Iraquara e Parques Municipais de Mucugê e de Ibicoara, em torno da Cachoeira do Buracão), foram criados, também, o Parque Estadual de Morro do Chapéu, o Monumento Natural da Cachoeira do Ferro, a APA da Serra dos Barbados, a APA Gruta dos Brejões-Vereda Romão Gramacho, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Nascentes do Rio de Contas e a Floresta Nacional Contendas do Sincorá. São, ao todo, dez unidades de conservação, incluído o PNCD.

ROCHA *et alii* (2005) ressaltam que as unidades já criadas necessitam de mais atenção, em diversos aspectos, sendo urgente a elaboração dos planos de manejo, a contratação de pessoal qualificado e o envolvimento das comunidades do entorno. Os autores recomendam a criação de diversas novas unidades, entre elas uma ARIE e uma UC de proteção integral em torno do PNCD. Defendem, ainda, a ampliação da APA Marimbus-Iraquara.

Os autores do presente trabalho registram, ainda, a necessidade de proteção das áreas de entorno das grutas Poço Encantado, Poço Azul, Lapa do Bode e outras situadas nas proximidades. Mesmo na APA Marimbus-Iraquara existem cavernas não devidamente protegidas, como é o caso da gruta da Fumaça, situada junto e até sob a estrada que liga a BR-242 à cidade de Iraquara, cujo precioso conjunto de espeleotemas está sendo destruído pela passagem de caminhões e outros veículos. Já podem ser observadas colunas partidas e estalactites caídas do teto, razão pela qual esse trecho da estrada precisará ser relocado.

SANTOS (2005) ressalta, também, a necessidade de implantar programas visando à obtenção de dados históricos que permitam uma avaliação adequada das respostas das comunidades bióticas às perturbações decorrentes de atividades humanas, ao levantamento da biodiversidade e à sua conservação, bem como à recuperação das matas ciliares. Por fim, o autor ainda recomenda que sejam desenvolvidos núcleos profissionais locais de educação ambiental, cujos trabalhos devem levar em consideração os aspectos históricos, culturais e socioeconômicos da região.

6. CONCLUSÃO

Como se pôde depreender de todas as informações anteriormente levantadas, a região da Chapada Diamantina apresenta significativa importância ambiental, histórica e cultural e enorme potencial turístico, o qual vem sendo desenvolvido a partir da década

de 80 do século passado. Comparativamente aos usos anteriores (exploração aurífera e diamantífera, extrativismo vegetal de sempre-vivas e outras espécies, caça, agricultura etc.), que provocaram danos ambientais diversos, mas, em compensação, deixaram um registro fantástico dessa etapa da história brasileira, o aproveitamento turístico é o destino natural da Chapada Diamantina, perfeitamente compatível com a preservação de sua riqueza biótica, paisagística e histórica, desde que efetuado segundo critérios adequados.

O pleno desenvolvimento do ainda incipiente “Circuito do Ouro” e do já crescente “Circuito do Diamante” depende de políticas integradas dos governos federal e estadual, além dos municípios envolvidos e da iniciativa privada, de modo a dotar a região de uma infra-estrutura turística básica, incluindo a conservação de rodovias e acessos, a sinalização de trilhas e outras atrações, a implantação de centros de informação ao turista, a realização de campanhas de educação ambiental, a divulgação na mídia do patrimônio natural e histórico da região etc.

Especificamente no que tange ao PNCD, é óbvio que a ação prioritária no momento atual é a sua regularização fundiária, seguida da conclusão e implantação do plano de manejo. Deverá ser avaliada a necessidade de implantação de portarias e cercamento do parque, como em outras UCs de proteção integral. A arrecadação de taxa de visitação aos pontos turísticos e a implantação de outros serviços (esportes radicais, lanchonetes, venda de artesanato e outros produtos etc.) poderão proporcionar recursos a serem em parte reinvestidos na proteção do parque e na realização de pesquisas adicionais, nos termos dos arts. 32 a 35 da Lei 9.985/00 (Lei do SNUC).

Em relação aos atuais moradores do parque, a estratégia a ser adotada, em conformidade com a Lei do SNUC e seu regulamento (Decreto nº 4.340/02, arts. 35 a 39), consiste na desapropriação e indenização às populações não-tradicionais e reassentamento da população tradicional nos entornos da UC. Como citado, os recursos para as indenizações começam a surgir. Se nos assoma adequada a intenção de integrar a população tradicional por meio de projetos de formação de condutores ambientais, a exemplo do já efetuado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros com os antigos garimpeiros e suas famílias.

O que nos parece não vem sendo cumprido são as determinações dos arts. 42, § 2º, da Lei 9.985/00, e 39 do Decreto 4.340/02, que estatuem que, até que seja possível efetuar o reassentamento, serão estabelecidas normas e ações destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais com os objetivos da UC, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia dessas populações. Os recentes estudos anteriormente citados, efetuados após a edição da Lei 9.985/00, bem como a entrevista realizada com o Coordenador do Bioma Caatinga da IBAMA não demonstraram que tais normas e ações tenham sido estabelecidas e implementadas.

O mais importante, contudo, é que as populações locais, a comunidade científica, a iniciativa privada e o governo, nos três níveis, estejam cientes da “mina” que têm em mãos, não mais uma mina de ouro ou de diamante, mas uma mina ambiental, paisagística, histórica, cultural e, por conseqüência, turística, que deverá ser convenientemente preservada e manejada para que possa continuar rendendo frutos para os seres vivos que lá habitam e para a atual e as futuras gerações humanas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. Coordenador do Bioma Caatinga, IBAMA. Entrevista por telefone concedida a Maurício Boratto Viana em 04.07.2006.

AGUIAR, C.M.L.; GIMENES, M. & REBOÇAS, P.L. de O. Abelhas (Hymenoptera, Apoidea). In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BARBOSA, O. *Álbum de Lençóis no seu primeiro centenário (1845-1945)*. Lençóis: Tip. d'O Sertão. 1946.

CAFÉ, J. T. D. & BRITO, F. E. M. A Chapada Diamantina e o desenvolvimento regional sustentável. In: Bahia: análise e dados, v. 6, nº 18, p. 64-71, 1996.

CHAGAS, A. *O chefe Horácio de Matos*. São Paulo: Artes Gráficas Bisordi. 1961.

CONCEIÇÃO, A. A.; RAPINI, A.; PIRANI, J. R.; GIULIETTE, A. M.; HARLEY, R. M.; SILVA, T. R. S., SANTOS, A. K. A., CORREIA, C.; ANDRADE, I. M.; COSTA, J. A. S.; SOUZA, L. R. S.; ANDRADE, M. J. G.; FUNCH, R. R.; FREITAS, T. A.; FRETAS, A. M. M. & OLIVEIRA, A. A. Campos rupestres. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CPE - CENTRO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS DA BAHIA. *A compatibilização dos usos do solo e a qualidade ambiental da região central da Bahia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Série Recursos Naturais e Meio Ambiente, 5, 1981.

CPRM – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. *Projeto Chapada Diamantina/BA: informações básicas para a gestão territorial: diagnóstico do meio físico e da vegetação*. Salvador, CPRM/IBAMA, 1994.

FALCÓN, G.A. e DUTRA, C.M.M. Diamante. *Apud*: Centro de Planejamento e Estudos da Bahia. A inserção da Bahia na evolução nacional, 1ª etapa: 1850-1889; atividades produtivas. Salvador, v. 2, 1978, p. 91-126.

FUNCH, L. S.; FUNCH, R. R.; HARLEY, R.; GIULIETTI, A. M.; QUEIROZ, L. P. de; FRANÇA, F.; MELO, E. de; GONÇALVES, C. N. & SANTOS, T. dos. Florestas estacionais semidecíduais. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

FUNCH, R. Chapada Diamantina: uma reserva natural. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1982.

FUNCH, R. Um oásis no sertão. *In: Ciência Hoje*, 5(26):94-96, set./out. 1986.

FUNCH, R. *Um guia para a Chapada Diamantina*. Cruz das Almas: Gráfica e Editora Nova Civilização. 2002.

FUNCH, R. *Parque Nacional da Chapada Diamantina e as Lavras Diamantinas. Mapa digital 1:100.000*. SUDENE.

HARLEY, R. M. & SIMMONS, N. A. *Florula de Mucugê, Chapada Diamantina, Bahia, Brazil: a descriptive check-list of a campo rupestre área*. Royal Botanic Gardens, Kew, 1986.

GANEM, R. S. *O garimpeiro manual de diamantes e o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia: uma visão ecológico-humana*. Dissertação de Mestrado em Ecologia, Universidade de Brasília. 1988.

HARLEY, R. M.; GIULIETTI, A. M.; GRILO, A. S.; SILVA, T. R. S.; FUNCH, L.; FUNCH, R. R.; QUEIROZ, L. P. de; FRANÇA, F.; MELO, E.; GONÇALVES, C. N. & NASCIMENTO, F. H. F. do. Cerrado. *In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

IBAMA, 2006a (site <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=15>).

IBAMA, 2006b (site <http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/15.htm>).

IBDF - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Mauro Reis abre simpósio sobre a criação do Parque da Chapada Diamantina na Bahia. *In: Brasil Florestal*, 13(56): 3-64, out/nov/dez 1983.

IBDF - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. *Parque Nacional da Chapada Diamantina*. Brasília, 1985. Mimeo.

IBDF - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL / FBCN - FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. *Plano do Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, II Etapa*. Brasília, 1979.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IX Recenseamento Geral do Brasil (1980)*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, tomo III, nº 13. 1983.

INDA, H.A. (org.). *Geologia e recursos minerais do Estado da Bahia*. Textos Básicos. Salvador: Secretaria das Minas e Energia. Coordenação da Produção Mineral, v. 1, 1979.

JESUS, E. F. R. de; FALK, F. H.; RIBEIRO, L. P. & MARQUES, T. M. *Caracterização geográfica e aspectos geológicos da Chapada Diamantina – Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1985.

JUNCÁ, F. A. Anfíbios e répteis. *In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

LEAL, F. M. A antiga comercial Vila dos Lençóis. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 18, 1978: 115-160.

LOPES, P. & LOUZADA, J. N. C. Besouros: (Scarabidae e Histeidae). In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MACHADO, C.G. Aves. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MORAES, W. *Jagunços e heróis*. Salvador: Edições GRD. 1973.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO/DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil (01/09/1920)*. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística. 5ª parte. 1930.

MME - MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. *Projeto RADAMBRASIL Folha SD 24 Salvador; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1981.

OLIVEIRA, J. A. de & PESSÔA, L. M. Mamíferos. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

PEREIRA, G. de A. *Memória histórica e descritiva do Município de São João do Paraguaçu*. Salvador: Litho-Typ. e Enc Reis & C. 1907.

PEREIRA, G. de A. *Memória histórica e descritiva do Município de Lençóis (Lavras Diamantinas)*. Salvador: Oficina da Empresa "A Bahia". 1910.

PEREIRA, G. de A. *Memória histórica e descritiva do Município de Andaraí*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. 1937.

QUEIROZ, L. P. de; FRANÇA, F.; GIULIETTI, A. M.; MELO, E. de; GONÇALVES, C.; FUNCH, L. S.; HARLEY, R. M.; FUNCH, R. R. & SILVA, T. S. Caatinga. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

ROCHA, W. S.; JUNCÁ, F. A.; CHAVES, J. M. & FUNCH, L. Considerações finais e recomendações para conservação. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SALES, H. *Cascalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975 a.

SALES, H. *Além dos Marimbus*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro. 1975 b.

SAMPAIO, T. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 1905.

SANTOS, A. C. de A. Peixes. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. & ROCHA, W. (orgs.). Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO DO ESTADO DA BAHIA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. *Apud*: INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Parque Nacional da Chapada Diamantina. Brasília: 1985. Mimeo.



SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1818-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1981.

TEIXEIRA, W. & LINSKER, R. *Chapada Diamantina: águas dos sertão*. São Paulo, Terra Virgem, 2005.

TRICART, J. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Recursos Naturais e Meio Ambiente, 1, 1977.

ZELLER, Rodrigo Hecht. Populações humanas no Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA: presença ilegal e modificações indesejadas. *In: Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Fortaleza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga, 2002, 1 v., p. 327/337.